

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA OBRAS DE ENGENHARIA, PARA AS NOVAS SALAS DO DIE/ENGENHARIA E SALÃO DE EVENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2026, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ELEMENTOS DE ENGENHARIA.

1.1. Especificações e Quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	VALOR TOTAL
1	Ampliação de 1 salão de eventos e 1 salão de escritórios na Sec. Municipal de Educação.	Serviços	01	R\$ 884.450,36

O serviço de engenharia, objeto desta contratação, caracteriza-se como **semi-integrada**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Característica da continuidade do serviço: execução de serviço não-contínuo, pois se trata da execução de obra específica em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

A conclusão do serviço é por escopo predefinido no cronograma físico-financeiro, no qual o prazo de vigência se encerra somente com a conclusão do objeto, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1. Cronograma Físico-Financeiro

O cronograma deverá:

- Ser apresentado pela contratada;
- Ser aprovado pela fiscalização;
- Estar compatível com desembolso financeiro.

1.2. Da Natureza do Objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como semi-integrado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Da aplicabilidade da Lei Municipal nº7.785/2025

Considerando que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Sociedades Cooperativas de Consumo nas Contratações Públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será regida pela Lei nº14.133/2021, especialmente:

- Art. 6º(Definições)
- Art.18º(ETP)
- Art. 22º(Modalidades)
- Art. 46º(Regime semi-integrado)
- Art. 92º(Cláusulas essenciais)

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Acontece que ao realizar vistoria no local para a ampliação das salas escritório e de eventos, constatou-se também que o local além das informações de demanda de expansão de postos de trabalho, onde decorre da necessidade de ampliação da estrutura administrativa, ainda tem problema com o local para obra da Secretaria Municipal de Educação não estar sendo usado para algum propósito construtivo a muito tempo(**fotos 1, 2,3, 4 e 5**). Nestas imagens em questão pode-se observar que existe um espaço muito grande que atualmente é pouco usado por ser um local sem fechamento de paredes, ao qual sofre ação de intempéries de ventos e chuvas laterais e que também proporciona menor segurança a secretaria de educação por ser um espaço muito aberto e vulnerável do ponto de vista de segurança geral do edifício. Tendo em vista todas estas questões salientadas é que se faz preciso a contratação. E principalmente visando:

- Melhorar a capacidade operacional do setor técnico;
- Criar espaço adequado para eventos institucionais;
- Atender a demanda crescente de projetos e obras públicas.



Fotos 01,02,03 e 04: Foto do local para ampliação de salas escritório.



Foto 05: Foto do local a para ampliação de salão de eventos.

3.1. TRATAMENTO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme entendimento do TCE é vedada a exclusividade para ME/EPP em obras de grande vulto. Será permitido apenas a subcontratação de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte até 30% das parcelas que não tenham relevância técnica e financeira, sendo vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital.

ITENS QUE NÃO PODEM SER SUBCONTRATADOS COM ALTA RELEVÂNCIA TÉCNICA:

- Estrutura (concreto armado, metálica, fundações)
- Execução principal da edificação
- Coordenação geral da obra
- Projeto executivo (quando for obrigação do contratado)
- Serviços que fundamentaram a qualificação técnica
- Gerenciamento técnico e responsabilidade pela obra

ITENS QUE NORMALMENTE PODEM SER SUBCONTRATADOS (ATÉ 30%):

Serviços preliminares e auxiliares

- Limpeza inicial e final da obra
- Tapumes, cercamentos e sinalização provisória
- Controle de acesso e vigilância
- Canteiro de obras (montagem e desmontagem)

Serviços especializados acessórios

- Topografia e locação da obra
- Ensaio tecnológicos (concreto, solo, asfalto)
- Controle tecnológico e de qualidade
- Sondagens complementares

Serviços complementares não estruturais

- Pintura
- Impermeabilização
- Revestimentos cerâmicos e laminados
- Forros e divisórias
- Paisagismo
- Urbanização externa simples

Instalações específicas acessórios

- SPDA (para-raios)
- Sistema de alarme e CFTV
- Cabeamento estruturado
- Automação simples
- Sistema de som ambiente

Fornecimento com instalação

- **Esquadrias metálicas ou de alumínio**
- **Vidros especiais**
- **Coberturas metálicas leves**
- **Portas corta-fogo**
- **Elevadores (quando não caracterizam o objeto principal)**

Serviços externos ou finais

- **Limpeza pós-obra**
- **Transporte de materiais**
- **Destinação de resíduos**
- **Serviços de acabamento final**

4. JUSTIFICATIVA DO REGIME SEMI-INTEGRADO

Nos termos do art. 46 da Lei nº14.133/2021, adota-se o regime semi-integrado devido a:

- Existência de edificação prévia com interferências estruturais;
- Possibilidade de soluções técnicas mais eficientes pelo contratado;
- Necessidade de compatibilização de sistemas;
- Redução de riscos de aditivos contratuais.

O projeto básico existente define adequadamente a solução, permitindo ao contratado desenvolver o projeto executivo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução contempla:

- **Elaboração do projeto executivo completo;**
- **Execução da ampliação da edificação;**
- **Adequações estruturais e de instalações;**
- **Atendimento às normas de acessibilidade, segurança e desempenho.**

6. DOS PARAMETROS DA CONTRATAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada na modalidade semi-Integrada também justificada.

Justifica-se então pela necessidade de compatibilização integral entre projeto e execução, considerando a intervenção em edificação existente, a complexidade de integração entre sistemas estruturais, elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade, bem como a necessidade de manutenção das atividades de trabalho na Secretaria de Educação durante a execução da obra.

O regime tradicional de empreitada, com projeto previamente definido pela Administração, elevaria o risco de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, paralisações e aditivos contratuais, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1.1. Técnicos:

- Atendimento às normas da ABNT;
- Compatibilização total de projetos;
- Atendimento às normas de acessibilidade;
- Observância das normas do Corpo de Bombeiros.

6.1.2. Operacionais:

- Execução com edificação em funcionamento;
- Planejamento de obra por etapas;
- Minimização de impactos administrativos.

7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

- () Sim.
(X) Não.

7.2. Será exigida garantia de proposta?

- (x) Sim.
() Não.

8. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Eletrônica

Critério de Julgamento: Menor preço

8.1. Qualificação Técnica

Comprovação de :

- Execução de obra similar de engenharia;
- Experiência em ampliação ou reforma de edificações;
- Capacidade técnico-operacional e profissional.

8.1.1. Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica): A proponente

deverá comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Técnico Federal dos Técnicos Industriais (CTF) ou outro conselho pertinente ao cargo, em plena validade compatível com o objeto de licitação.

8.1.2. Certificado de Registro do Profissional (pessoa física): Apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução do serviço contratado, devendo constar, no mínimo:

- 1(um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, conforme atribuições legais (com o Registro da empresa a qual faz parte, Comprovação de Vínculo do mesmo sendo profissional habilitado e Atestado de capacidade técnica com acervo técnico compatível a obra com características semelhantes).

IMPORTANTE: O profissional indicado pela empresa a ser contratada, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da contratação, o qual terá a respectiva ART(s) ou documento equivalente emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.2. Capacidade Operacional e Técnica(Pessoa jurídica):

A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado de capacidade técnica) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA - OPERACIONAL	
Tipo de serviço	Quantidade
Execução ou reforma de edificação em alvenaria	197,07 m2
Execução de estruturas em concreto armado	4,13 m3
Execução de esquadrias em alumínio	117,43 m2
Execução de sistemas de climatização	197,07 m2
Projetos de instalações elétricas	197,07 m2
Projetos de estruturas em concreto armado	197,07m2

- Certidão ou Declaração ou atestado de execução do serviço;
- CAT(s)

8.2.1. Será permitida para a comprovação quantitativa mínima de todos os itens acima a apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 02(dois) contratos distintos. A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional, se deve ao fato de que as obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de

execução que exigirá aprimorados conhecimentos operacionais e profissionais, de forma a cumprir plenamente todas às exigências do Termo de Referência.

8.2.2. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

8.2.3. Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, de acordo com disposto na LEI Nº 14.133/21. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

8.2.4. A fim de agilizar a avaliação do processo, solicita-se a identificação dos Itens de Relevância Técnica nos atestados por parte da Licitante.

8.3. Capacidade Profissional(Pessoa física):

O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA / CAU, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA - PROFISSIONAL	
Tipo de serviço	Quantidade
Execução ou reforma de edificação em alvenaria	197,07 m2
Execução de estruturas em concreto armado	4,13 m3

- Certidão ou Declaração ou atestado de execução do serviço;
- CAT(s).

8.4. Orientações Gerais:

8.4.1. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada;

8.4.2. Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

8.4.3. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional

em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas."

8.5. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, compreendendo os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na junta comercial, com a DHP do contador que assinou o balanço; que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Declaração da empresa, que possui capacidade financeira para execução do objeto;

b) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

I. Índice de Liquidez Geral (LG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

II. Índice de Liquidez Corrente (LC) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

III. Índice de Solvência Geral (SG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} \geq 1,0$$

IV. Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

Notas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

c) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis, consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido, relativos ao período de sua existência, e o balanço de abertura registrado na Junta Comercial com a DHP do contador que assinou o balanço.

d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura dos envelopes. OBS: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

e) Comprovação de que a empresa possui capital mínimo ou valor do patrimônio líquido no valor de 10% do valor do orçamento estimado do edital, através de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.6. Visita Técnica (facultativa):

A avaliação prévia do local de execução da obra é facultativa, devendo a empresa interessada em realizar tal visita, agendar com a equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Educação, através dos seguintes telefones: (47) 3249-3305 (47) 3249-3368. As licitantes que optarem por não fazer visita técnica devem fazer termo de renúncia, declarando NÃO ter visitado o local dos serviços a serem executados, motivo esse que não poderão alegar o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Condições de Entrega/Execução:

9.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 5 dias úteis da emissão da ordem de serviço;
- b) Prazo para a execução da obra de 90 dias, a partir do dia seguinte do recebimento da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro anexo;
- c) Caso não seja possível a entrega na data estipulada no cronograma, a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato designado as razões respectivas, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

d) Para a perfeita execução da obra, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e,

e) A execução da obra deverá observar os projetos básicos, memorial descritivo e demais elementos de engenharia (arquivos anexos).

f) A execução da obra deverá seguir os padrões constantes na NBR 15575, Norma de Desempenho, que estabelece critérios e requisitos para o desempenho de edificações, abrangendo os aspectos de segurança, habitabilidade e sustentabilidade. Deverá também apresentar, no mínimo, os ensaios de desempenho da edificação: ensaio de resistência do concreto aplicado na obra, integridade de estacas, arrancamento e fixação de revestimentos de argamassa e cerâmica.

Especificação da garantia da obra: O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no Código Civil, no Código de Obras e/ou demais códigos/normativas aplicáveis.

9.1.2. Sustentabilidade:

Para os aspectos de sustentabilidade do meio ambiente a obra deverá seguir:

- Uso racional de materiais;
- Destinação adequada de resíduos;
- Atendimento às normas ambientais.

9.2. Prazo de Vigência e Execução da Obra:

9.2.1. Prazo Contratual:

Prazo Contratual de 150 dias.

9.2.2. Prazo de Execução:

Prazo total estimado de execução de 90 dias contados do dia seguinte à assinatura da Ordem de Serviço. Com possibilidade de prorrogação excepcional (art. 107). O prazo contratual total já contempla em concomitante o prazo a realização/aprovação dos projetos e execução da obra no item 11- complementares.

9.2.3. Local / endereço da execução da obra:

Endereço: Av. Vereador Abraão J. Francisco, 3.855 - Ressacada - Itajaí - SC

9.2.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5 % do valor total do contrato?

(x) Sim (seguro garantia até a data de assinatura do contrato ou seguro fiança ou caução prestados um dos dois até 10 dias úteis após a assinatura do contrato).

() Não.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Da Contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

a) A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo de Referência e seus anexos, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram. A Contratada assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.

b) A Contratada será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados a cada tipo de serviço.

c) A Contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais.

d) A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item.

e) A Contratada será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços, podendo o Contratante exigir a imediata substituição do empregado, cuja permanência julgar inconveniente.

f) A Contratada será responsável pela manutenção da ordem e limpeza na execução dos serviços contratados.

g) A Contratada será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização.

h) Adotar medidas preventivas, corretivas e compensatórias para mitigar os impactos ambientais decorrentes das atividades executadas no âmbito da obra;

i) Controlar e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos sólidos, líquidos ou gasosos gerados durante a execução dos serviços;

j) Garantir o correto armazenamento, manuseio e transporte de materiais perigosos, evitando contaminações do solo e dos corpos hídricos;

k) Assumir, integralmente, os custos e responsabilidades por danos ambientais eventualmente causados em decorrência de atos, omissões ou negligência na execução dos serviços contratados, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e legais cabíveis.

l) A Contratada deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos servidores do Município, indicados para Fiscalização.

m) Manter-se, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.2. Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a

CONTRATADA.;

b) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.

c) Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento.

d) Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução do objeto.

e) Observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

11. DO CONTRATO

11.1. Instrumento Contratual

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- () Autorização de Fornecimento
- (x) Assinatura de Contrato e Ordem de Serviço

11.2. Gestão e Fiscalização Contratual

Gestor:

Nome: Michéle Rigueira da Silva
Cargo: Secretária de Educação
Matrícula: 146703
E-mail: gabinete@edu.itajai.sc.gov.br

Fiscal Técnico:

Nome: Antônio Valter Miranda
Cargo: Engenheiro Civil
Matrícula: 1770104
E-mail: engenharia@edu.itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: João Carlos Bittencourt
Cargo: Diretor de Infraestrutura Escolar
Matrícula: 2692101
E-mail: die@edu.itajai.sc.gov.br

A fiscalização será realizada por equipe técnica da Administração, com atribuições de :

- Acompanhar execução;
- Validar Medições;

- Emitir relatórios técnicos;
- Aplicar sanções quando necessário.

11.3. Sanções Administrativas

Aplicáveis conforme a Lei nº14.133/2021:

- Advertência
- Multa
- Suspensão
- Declaração de inidoneidade

11.4. Critérios de aceitação da obra

A obra será recebida mediante:

- Termo de recebimento provisório;
- Termo de recebimento definitivo;
- Atendimento integral ao projeto e normas técnicas.

Procedimentos de transição e finalização do contrato: Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, 15(quinze) dias após a finalização da execução da obra, da seguinte forma:

a.1) A contratante realizará inspeção minuciosa de toda obra executada, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação da obra e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de carácter técnico;

b) No prazo de até 90 (noventa) dias a partir do recebimento provisório da obra, equipe de fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a finalização do objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E ESCOLHA DA EMPRESA A SER CONTRATADA

A definição da empresa a ser contratada só ocorrerá se o valor global mostrar-se compatível com o praticado no mercado, para serviços da mesma natureza.

Além disso, a proposta selecionada será a de menor valor entre as opções, mantendo a coerência com os custos estimados.

No Documento de Formalização da Demanda – DFD será apresentado o valor orçado pela Administração.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. Recebimento dos Serviços

13.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança

equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no memorial descritivo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.2. Da forma de pagamento

13.2.1. A efetivação do pagamento será por medições mensais conforme cronograma físico-financeiro do objeto licitado, fica condicionada à comprovação pela contratada, por meio de apresentação de certidões negativas de débito, de que se encontra em situação regular com o Fundo de Garantia, Previdência Social e Fazenda Municipal, nos termos da legislação vigente.

13.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.2.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.3. Reajuste Contratual/Correção Monetária

13.3.1. Caso o prazo da execução da obra/serviço exceda 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o **Índice Nacional da Construção Civil (INCC)**, tomando-se por base a data base do orçamento estimado, pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

13.3.2. Somente poderá acontecer depois de doze meses contados da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei 14.133/21.

Independentemente do prazo de duração do contrato, e com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de

mercado dos respectivos insumos, a atualização monetária a fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

14. MATRIZ DE RISCO

RISCO	RESPONSÁVEL
Projeto executivo	Contratada
Compatibilização	Contratada
Interferências ocultas	Compartilhado
Aprovações legais	Contratada
Execução em prédio ativo	Compartilhado
Condições climáticas	Contratada

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta das dotações: 492

Órgão/Unidade Orçamentária	Subfunção	Natureza	Fonte
9009 – Secretaria Municipal de Educação	365 – Educação Infantil	492–4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	20 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

16. DO VALOR DA ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

O valor global da contratação é de R\$ 884.450,36 (oitocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

- SINAPI – SC
- SICRO – SC
- SBC – SC

Itajaí, 04 de março de 2026.

Elaborado por:

Antônio Valter Miranda
Engº. Civil – CREA/SC 093205-6
Matrícula 1770104

De acordo:

João Carlos Bittencourt
Diretor de Infraestrutura
Matrícula: 2692101

Michéle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 146703